

DOI: <https://doi.org/10.5902/2236672590505>

“Um farol para o Brasil”: Frações dominantes da agropecuária paulista e a criação da SRB

“A lighthouse for Brazil”: Dominant fractions of agriculture in São Paulo and the creation of the SRB

“Un phare pour le Brésil”: Fractions dominantes de l’agriculture à São Paulo et création du SRB

“Un faro para Brasil”: Fracciones dominantes de la agricultura en São Paulo y la creación de la SRB

 Felipe Ferrari da Costa

Instituto Federal de Mato Grosso (UFMT)

 Marilda Aparecida de Menezes

Universidade Federal do ABC/Universidade Estadual de Campinas (UFABC/Unicamp)

Resumo

Este trabalho visa contribuir na análise sobre a ação política das elites e classes dominantes do campo brasileiro. Especificamente busca-se compreender a afirmação hegemônica de frações dominantes da agropecuária paulista ao longo do tempo. Para tanto, analisaremos o surgimento e organização inicial da Sociedade Rural Brasileira (SRB), considerando sua composição interna, o perfil de suas lideranças e as formas de ação desencadeadas pela entidade naquele contexto. Ainda que tenha epíteto nacional, esta entidade centenária foi criada em 1919 no estado de São Paulo, sendo composta sobretudo por setores da elite agropecuária deste estado. A pesquisa tem como base metodológica análise documental, de caderno de campo e de entrevistas semi-estruturadas. Os processos políticos desenvolvidos pela Sociedade Rural Brasileira no contexto em análise ajudam a projetar estas frações dominantes da agricultura e da agroindústria de São Paulo como uma direção intelectual e moral da classe ao longo do tempo. Isso auxiliou na construção política do agronegócio brasileiro, destacando o protagonismo de São Paulo como *celeiro de líderes* deste modelo a nível nacional, como a *intelligentsia* do setor no Brasil.

Palavras-chave: Agronegócio; Elites; Dominação; Sociedade Rural Brasileira; Patronato rural.

Abstract: This work aims to contribute to the analysis of the political action of elites and dominant classes in the Brazilian countryside. Specifically, we seek to understand the hegemonic affirmation of dominant fractions of agriculture in São Paulo over time. To this end, we will analyze the emergence and initial organization of the Brazilian Rural Society (SRB), considering its internal composition, the profile of its leaders and the forms of action triggered by the entity in that context. Even though it has a national epithet, this century-old entity was created in 1919 in the state of São Paulo, being composed mainly of sectors of the agricultural elite of this state. The research is methodologically based on documentary analysis, field notebooks and semi-structured interviews. The political processes developed by the Brazilian Rural Society in the context under analysis help to project these dominant fractions of agriculture and agroindustry in São Paulo as an intellectual and moral direction of the class over time. This helped in the political construction of Brazilian agribusiness, highlighting the protagonism of São Paulo as a source of leaders of this model at a national level, such as the sector's intelligentsia in Brazil.

Keywords: Agribusiness; elites; Domination; Brazilian Rural Society; Rural patronage.

Résumé: Ce travail vise à contribuer à l'analyse de l'action politique des élites et des classes dominantes dans les campagnes brésiliennes. Plus précisément, nous cherchons à comprendre l'affirmation hégémonique des fractions dominantes de l'agriculture à São Paulo au fil du temps. À cette fin, nous analyserons l'émergence et l'organisation initiale de la Société Rurale Brésilienne (SRB), en considérant sa composition interne, le profil de ses dirigeants et les formes d'action déclenchées par l'entité dans ce contexte. Même si elle porte un épithète nationale, cette entité vieille de plusieurs siècles a été créée en 1919 dans l'État de São Paulo, étant principalement composée de secteurs de l'élite agricole de cet État. La recherche s'appuie méthodologiquement sur des analyses documentaires, des carnets de terrain et des entretiens semi-directifs. Les processus politiques développés par la société rurale brésilienne dans le contexte analysé aident à projeter ces fractions dominantes de l'agriculture et de l'agro-industrie à São Paulo comme une direction intellectuelle et morale de la classe au fil du temps. Cela a contribué à la construction politique de l'agro-industrie brésilienne, en soulignant le rôle principal de São Paulo comme source de leaders de ce modèle au niveau national, ainsi que de l'intelligentsia du secteur au Brésil.

Mots-clés: Secteur agroalimentaire; Les elites; Domination; Société Rurale Brésilienne; Mécénat rural.

Resumen: Este trabajo tiene como objetivo contribuir al análisis de la acción política de las elites y clases dominantes en el campo brasileño. Más precisamente, buscamos comprender la afirmación hegemónica de las fracciones dominantes de la agricultura en São Paulo a lo largo del tiempo. Para ello, analizaremos el surgimiento y organización inicial de la Sociedad Rural Brasileña (SRB), considerando su composición interna, el perfil de sus líderes y las formas de acción desencadenadas por la entidad en ese contexto. Aunque tiene un epíteto nacional, esta entidad centenaria fue creada en 1919 en el estado de São Paulo, estando compuesta principalmente por sectores de la élite agrícola de ese estado. La investigación se basa metodológicamente en análisis documental, cuadernos de campo y entrevistas semiestructuradas. Los procesos políticos desarrollados por la sociedad rural brasileña en el contexto analizado ayudan a proyectar estas fracciones dominantes de la agricultura y la agroindustria en São Paulo como un liderazgo intelectual y moral de la clase en el tiempo. Esto contribuyó a la construcción política de la agroindustria brasileña, destacando el papel principal de São Paulo como fuente de liderazgo de ese modelo a nivel nacional, así como de la intelectualidad del sector en Brasil.

Palabras clave: Agronegocios; La elite; Dominación; Sociedad Rural Brasileña; Mecenasgo rural.

Introdução

O agronegócio de São Paulo, o PIB do agro paulista é o maior PIB do agro do Brasil. Não é Mato Grosso, não é Paraná, não é Rio Grande do Sul. É São Paulo. Por que? Porque **o agronegócio está em São Paulo. Não é a atividade rural que está em São Paulo, é o agronegócio que está em São Paulo.** Então, fábricas de fertilizantes, de defensivos, frigoríficos, a indústria de alimentos, a de máquinas agrícolas, está tudo em São Paulo (Roberto Rodrigues, ex-presidente da SRB e ex-ministro da Agricultura, entrevista ao primeiro autor, grifo nosso).

O [José] Serra¹ sempre teve mesmo essa cabeça: “Quero pensar projetos que a gente faça aqui que repercutam e que sejam importantes para São Paulo sim, mas que sejam importantes para o agronegócio no Brasil. **São Paulo é essa locomotiva, São Paulo está puxando e a gente tem que estar na vanguarda realmente**” (João Sampaio Filho, ex-secretário de Agricultura de São Paulo e ex-presidente da SRB, entrevista ao CPDOC/FGV², grifo nosso).

A Sociedade Rural Brasileira sempre foi e continua sendo um farol para o Brasil (Gustavo Junqueira, como ex-presidente da SRB, em declaração aos 100 anos da entidade³).

Desde o encontro com um discurso de representação que visa projetar imagem de protagonismo e de vanguarda do agronegócio paulista em nível nacional e atestando que os números econômicos de fato comprovam tal centralidade da agropecuária e da agroindústria deste estado no arranjo produtivo do agronegócio brasileiro, este trabalho visa contribuir para a análise da ação política das elites rurais e agroindustriais paulistas, buscando compreender como suas frações dominantes buscam construir hegemonia internamente ao projeto do agronegócio no Brasil, projetando-se como direção moral e intelectual da classe ao longo do tempo.

A fim de desvendar suas estratégias de reprodução social enquanto parte de uma elite da classe dominante agrária e agroindustrial brasileira, perseguiremos, portanto, a agência política de frações dominantes da agricultura e da agroindústria paulistas, enxergando seu papel no fortalecimento de determinado modelo de desenvolvimento, na construção e afirmação do projeto político do agronegócio no Brasil ao longo do tempo.

Embora a busca pela afirmação hegemônica das frações dirigentes da agropecuária e da agroindústria paulista pareça uma constante ao longo do tempo, remontando pelo menos ao final do século 19, este processo ganhou contornos mais perceptíveis com a criação da Sociedade Rural Brasileira (SRB) nas primeiras décadas do século 20. Ao longo desse século sua atuação ocorreu em diversos espaços, entidades e canais de representação, envolvendo, ademais, trânsitos diversos entre sociedade civil e Estado.

Buscando contribuir para a compreensão deste processo histórico mais amplo, neste artigo analisaremos o surgimento e organização inicial da Sociedade Rural Brasileira (SRB), entidade centenária e de epíteto nacional, criada no estado de São Paulo, em 1919, e cuja liderança paulista se fez sentir desde seu surgimento. Com isso, buscamos contribuir para

¹ Governador do Estado de São Paulo (2007-2010) pelo PSDB.

² Sampaio Filho (2013).

³ Grupo Publique, 2019.

uma análise mais ampla da afirmação histórica das elites agrárias e agroindustriais paulistas, em um processo que extrapola os limites temporais analisados neste artigo e da própria entidade em questão.

As reflexões aqui desenvolvidas têm como base metodológica a análise documental da Revista A Rural, publicada pela Sociedade Rural Brasileira desde 1921, nas edições da década de 1920. Também se utilizou registros de caderno de campo de pesquisa realizada pelo primeiro autor durante o ano de 2021 na sede daquela entidade e análise de entrevistas semi-estruturadas realizadas pelo primeiro autor e provenientes de acesso público.

A afirmação hegemônica das elites paulistas: uma construção desde a virada do século 19 ao 20

A construção política e projeção de força das elites agroindustriais paulistas, com seus ritos e emblemas, não é ocasional e aleatório, mas se explica dentro de um contexto histórico mais amplo, em que se considera o lugar ocupado por frações dominantes do estado na disputa dos rumos do país e na afirmação do que seria sua vocação histórica. Economicamente vivia-se na transição do século 19 para o século 20 um momento de euforia em função do desenvolvimento do sistema cafeeiro no estado, processo que ganhou maior expressão a partir do final da década de 1870, fazendo com que o estado superasse o Rio de Janeiro, então o mais importante centro comercial e financeiro do país, nesta produção e passasse a se desenvolver velozmente, transformando-se em espécie de vanguarda econômica do país.

O aumento da importância econômica do estado paulista e a concentração do complexo agroexportador em seu território ocorreu a partir da crise das fazendas fluminenses de café, e do deslocamento de sua produção para São Paulo, bem como da própria derrocada da economia açucareira do Nordeste brasileiro. O deslocamento da produção de café no Sudeste ocorreu inicialmente pelo Vale do Paraíba, sendo que na primeira metade do século 19 as lavouras cafeeiras cobriram também a parte paulista do Vale, estendendo-se por toda a área situada entre as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro. Já a partir da segunda metade daquele século, o café começa a penetrar também nas chamadas zonas mais antigas do oeste paulista ou zona central do estado (região de Campinas, Sorocaba, Bragança Paulista, etc.), disputando terreno com a cultura da cana-de-açúcar ali instalada e indo, posteriormente, para as chamadas zonas pioneiras a oeste deste estado (Rio Claro, Catanduva, Rio Preto, etc.) (Martins, 2020; Love, 1982; Perissinotto, 1994).

Já na década de 1880 visualizava-se uma mudança evidente no equilíbrio de forças interno do país, no qual frações dominantes do setor agroexportador paulista afirmavam sua força e poder econômico frente a elites de outros setores e regiões. Com a ampliação das ferrovias e a imigração subvencionada no pós-abolição da escravatura, a economia agroexportadora do país passou a se concentrar fortemente em São Paulo, fazendo do estado a força econômica mais dinâmica do país, constituindo, junto a isso, o substrato para

construção de uma linguagem de dominação, futuramente tão acionada por estas elites, a imagem de São Paulo como a *locomotiva*⁴ do Brasil.

O domínio paulista no cenário econômico nacional era garantido pelo desenvolvimento do sistema cafeeiro e pela expansão industrial ocorrida no estado: “o café garantiu a São Paulo essa posição de preeminência [econômica]; a industrialização contribuiu para preservá-la” posteriormente (Love, 1982, p. 63). Isso fez com que, entre a República e o advento do Estado Novo, houvesse a consolidação do protagonismo paulista nacionalmente: “esse crescimento colocou São Paulo muito à frente dos demais estados” (ibid., p. 97).

Mas também é verdade que a força econômica adquirida por São Paulo naquele momento ainda não alcançava equivalente de prestígio nas esferas políticas e culturais do país. Conforme destacou Schwarcz (2005, p. 155), embora fortalecida economicamente, “a província de São Paulo no final do século XIX poderia ser definida como uma entidade política à procura de seu destino”. Enquanto São Paulo carecia de uma identidade cultural própria, a história nacional era contada – diga-se, à revelia da importância de outras realidades e contextos regionais – desde a centralidade adquirida pelo Rio de Janeiro no Brasil Império. Neste cenário de virada de século “tudo se passava *no Rio ou pelo Rio*”.

A saída das elites paulistas, visando sua afirmação hegemônica em território nacional, seria a de “descobrir e selecionar um certo passado para afirmar uma identidade e uma memória”, para construir recurso de identidade e legitimidade frente a outros grupos e frações dominantes do país. Trata-se de um movimento em que “São Paulo cuida de redescobrir a si mesmo, inventando uma tradição e uma origem comuns” para afirmar sua força e sua importância ao país. A construção deste imaginário a respeito do protagonismo paulista durante toda esta época, em processo diretamente ligado à expansão do café no estado, teve como base também a evocação de uma figura quase mítica, a do bandeirante paulista, como produtora de uma “psicologia coletiva”, capaz de fazer crer o que seriam seus próprios méritos e atributos históricos: a capacidade de expansão da fronteira, o dispêndio de sua energia a fins produtivos, sua alta capacidade de aproveitamento de oportunidades, sua vocação em apontar à nação brasileira o caminho a ser seguido (Love, 1982).

Cabe frisar que o destaque à figura do bandeirante paulista oferecia às elites do estado uma “solução simbólica para o problema da lealdade dividida, que se devia ao estado e à nação”, isto é, servia como elemento simbólico de compatibilização entre regionalismo e nacionalismo, melhorando seu espaço ocupado a nível de país, ao mesmo tempo em que fortalecia um certo orgulho regional entre sua população. As elites econômicas e políticas paulistas desenvolviam, desta forma, uma ideologia que identificava seus interesses de classe como sendo os interesses de São Paulo e estes como sendo os interesses do país. Assim, estes agentes forjavam sua adesão a um “federalismo hegemônico”, inserindo-se na dinâmica nacional de forma a fortalecer a crença em sua superioridade – de São Paulo e de suas elites – em relação aos demais estados, projetando-se como uma “locomotiva a puxar vagões vazios, como o centro dinâmico do progresso, num quadro de atraso generalizado” que caracterizaria as demais regiões do Brasil (Love, 1982, pp. 300-301).

⁴ Expressão que aparece nesta pesquisa verbalizada por interlocutores de campo e também consagrada no título da pesquisa de Love (1982).

Nesta orientação que visava construir uma narrativa da história, da cultura e das vocações paulistas, argumentava-se mesmo que São Paulo seria para o Brasil o que Paris foi para a França: “o cérebro que pensa e o braço que executa”. Como disse Love (1982, p. 107), diante desta narrativa construída por certa intelectualidade paulista na virada de século, “cabia a seus descendentes modernos aceitar o destino de liderarem o país”, processo cuja evolução pode ser vista desde a metamorfose da figura do bandeirante colonial em direção a dos barões do café e, posteriormente, a das lideranças industriais e agroindustriais que emergiram no estado desde o final do século 19 e, mais fortemente, na primeira metade do século 20. É neste contexto que deve ser pensado o surgimento da Sociedade Rural Brasileira (SRB).

“Nova intelligentsia do agronegócio brasileiro”: o surgimento da Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a afirmação hegemônica de frações dominantes da agropecuária paulista

A sociedade Rural Brasileira (SRB) foi criada no dia 20 de maio de 1919, em assembleia realizada na rua Líbero Badaró, prédio nº 114, na cidade de São Paulo/SP. Dentre outros elementos, a entidade tinha como objetivo “fomentar o desenvolvimento da pecuária, da agricultura, e de todas as indústrias derivadas d’estas” (Magalhães, 2009, p. 20). A SRB teve um papel de grande protagonismo político entre as classes dominantes agrárias e agroindustriais brasileiras, pelo menos até meados da década de 1980, até quando esteve no centro de disputas pela legitimidade da representação destas classes, rivalizando, sobretudo, com a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897 e sediada no Rio de Janeiro. Ainda que atualmente sua importância política deva ser relativizada, a entidade resiste ao tempo e no ano de 2019 comemorou seu centenário, fato nada desprezível na realidade política brasileira.

Mesmo que oficialmente de caráter nacional, a Sociedade Rural Brasileira (SRB) foi fundada em São Paulo e teve forte protagonismo das elites agroindustriais deste estado e, secundariamente, de Minas Gerais, em sua condução ao longo do tempo. Além de representarem o centro do poder econômico e político brasileiro durante a República Velha (1889-1930), época em que foi fundada a SRB, tais estados constituíram e constituem fatias importantes da agricultura e da agroindústria brasileira desde aquele período até aqui (Perissinotto, 1994; Mendonça, 2009).

Desde sua criação e nas primeiras décadas de desenvolvimento, a SRB foi composta principalmente por frações dominantes do complexo agroexportador de café, fortemente concentrado em São Paulo, bem como por grandes pecuaristas do estado (sobretudo criadores de gado de corte) e, posteriormente, por agroindustriais vinculados aos mercados externos e fortemente beneficiados pela modernização da agricultura brasileira. A entidade buscava se apresentar como *um farol para o Brasil*⁵, afirmando no plano simbólico a nacionalização de seu projeto para a agricultura e para o país (Mendonça, 2009).

⁵ Termos em itálico referem-se a categorias expressas pelos interlocutores de campo em entrevistas, conversas realizadas durante o trabalho de campo ou na imprensa. Neste caso, declaração de Gustavo Junqueira, ex-presidente da SRB, em comemoração aos 100 anos da entidade.

Retratando o peso de São Paulo – e de seu complexo cafeeiro – na conformação inicial da entidade, Zioli (2006) diz que a fundação da SRB pode ser vista como uma demonstração de organização e força de parcela destes agricultores e agroindustriais paulistas frente às ações governamentais e à certa indecisão destes gestores a nível estadual e federal em ceder às pressões do setor cafeeiro por uma política de defesa permanente de seus preços. A força política da SRB logo se faria sentir de maneira pronunciada, transformando-se esta entidade em um dos mais eficientes canais de representação das elites cafeicultoras paulistas junto ao Estado. Perissinotto (1994) também aponta que a SRB, no período de sua fundação, seria claramente vinculada ao grande capital cafeeiro, fração concentrada em São Paulo e apontada por ele como hegemônica na economia agroexportadora daquele período.

Se quisermos ainda ilustrar o peso de São Paulo na configuração interna da entidade, podemos citar os dados trazidos por Mendonça (2009, p. 155), que ao analisar o perfil da Diretoria-Geral da entidade entre os anos de 1958 e 1986, diz que, em um universo de 32 dirigentes, cujas informações foram encontradas, 29 deles (90,1%) eram do estado de São Paulo, enquanto 3 eram mineiros. Portanto, também para esta autora, “é óbvio tratar-se de uma entidade com bases sociais eminentemente regionais, uma entidade de paulistas para paulistas”.

Se eminentemente paulista, a SRB parece ter sido criada com o objetivo de fazer frente a outras entidades de representação do setor, constituídas por frações agrárias ou oligarquias locais de outras regiões do país, representantes de interesses mais ou menos distintos do das frações dominantes da agroindústria paulista. Este processo ocorre principalmente em relação à Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada, por sua vez, em 1897 e com sede no Rio de Janeiro, entidade com a qual a SRB passou a disputar o monopólio da representação patronal rural, em um processo que se estendeu com maior relevância pelo menos até meados dos anos 1980. Enquanto a SNA vinculava-se a segmentos não hegemônicos da classe proprietária agrária daquele período, isto é, pouco contemplados no bloco no poder, e possuía considerável representatividade nacional, reunindo em seu entorno diversas frações agrárias e oligarquias de diferentes regiões do país,

A SRB consistiu numa agremiação de bases estritamente regionais, congregando distintos segmentos do patronato rural, desde que sediados no estado de São Paulo, embora sempre tenha assumido o qualificativo “brasileira” em sua denominação, numa tentativa de perpetrar, no plano simbólico, a “nacionalização” de seu projeto para a agricultura e o País (MENDONÇA, 2009, p. 133).

O desenvolvimento da agricultura paulista neste contexto inicial do século 20 – seja no complexo cafeeiro ou em outras atividades produtivas da agropecuária - ocorria com um nível considerável de articulação intersetorial entre capitais, que eram deslocados entre fazenda, indústria, bancos e comércio, tendo, muitas vezes, origem internacional. É interessante perceber a presença na SRB do que parecem ser algumas das forças economicamente mais dinâmicas desta agroindústria, de nomes componentes de linhagens historicamente tradicionais neste estado, de profissionais liberais influentes, de atores muito bem posicionados junto à sociedade política, do que seriam elites dirigentes naquele contexto, porta-vozes corporativos e empresariais de atividades agroindustriais as mais relevantes ali.

Conforme as páginas da revista *A Rural*, de publicação pela SRB, em edição alusiva aos seus 10 anos, em 1929, a entidade foi “fundada em 1919 por um grupo de **denodados paulistas**”, representando “na actualidade a maior força das classes agrícolas do paiz”⁶. O protagonismo paulista na construção da entidade também é ressaltado em seu ato de fundação por Eduardo da Fonseca Cotching, apontado como o grande idealizador da Sociedade Rural Brasileira: “Tomando a palavra o Snr. Dr. Eduardo da Fonseca Cotching expoz os fins da reunião e declarou que ha muito vinha alimentando a idéa de criar esta Sociedade, desejando **contribuir para o progresso do Estado de São Paulo e do Brasil**” (*A Rural*, 1929a, pp. 570-572, grifo nosso).

A ideia da “agregação de valor” ao produto agrícola e da construção de cadeias produtivas agropecuárias interligadas com a indústria também se apresenta fortemente neste discurso. Estas ações aparecem como atributo de legitimidade de atores que compõem historicamente certas frações dominantes da agroindústria no estado de São Paulo, constituindo-se como sinônimos de “coragem”, “determinação” e protagonismo de agentes que, segundo este discurso, “mudaram a cara de São Paulo” ao longo do tempo (Rodrigues, 2020).

Mudar a cara do estado, de sua agricultura e da do país envolve também, neste sentido, afirmar-se como vanguarda da inovação tecnológica e da modernização produtiva no setor, traço marcante na trajetória de indivíduos e instituições, componentes destas que vieram a ser as elites do agronegócio paulista posteriormente⁷:

Assuntos inéditos para os produtores brasileiros, como o cruzamento bovino, a febre aftosa e o milho híbrido, eram discutidos na *Rural* [como é chamada a SRB] ao longo da década de 1920. [...]

Muito antes de se falar em Revolução Verde, a *Rural* já discutia a modernização do setor, em debates sobre a irrigação dos cafezais, o melhoramento das pastagens e a utilização de adubos químicos. [...]

Por influência da *Rural*, diversos departamentos, institutos e conselhos ligados à atividade rural, por segmento (avicultura, pecuária, cafeicultura), foram criados (*SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA - HISTÓRIA*, site institucional).

A Sociedade Rural Brasileira discutia a inovação e apoiava tais investimentos e iniciativas desde sua criação. [...]

Quando se trata de pesquisa e tecnologia para o campo, a *Rural* persiste na urgência da inovação. Em suas primeiras publicações foi a primeira entidade a falar de adubação química, de milho híbrido, em confinamento de gado, a fazer registro genealógico de raças bovinas. [...]

Atualmente, a entidade já é posicionada quanto ao uso da biotecnologia, plantio racional e adequando de transgênicos, a nanotecnologia, todos são temas que discutimos para o futuro (MAGALHÃES, 2009, p. 110).

O papel de destaque ocupado pela retórica de vanguarda na inovação tecnológica e na modernização produtiva – frequentemente alicerçado também em noções como *coragem*

⁶ As palavras foram transcritas nesta e em outras citações diretas de documentos históricos preservando a gramática da época.

⁷ Digo posteriormente, pois o agenciamento da noção de agronegócio no Brasil só ocorre a partir de meados da década de 1980 (Pompeia, 2021; Bruno, 2009; Mendonça, 2009).

e *determinação* (Rodrigues, 2020) – constitui-se como construção de imagem e definição de estratégias de reprodução social das elites agroindustriais paulistas ao longo do tempo. É um elemento que projeta e afirma determinado protagonismo do grupo no desenvolvimento da agropecuária e da agroindústria no país, de sua liderança a nível nacional. A mobilização de um debate econômico e a busca por maior eficiência na atividade produtiva agropecuária e agroindustrial aparece também como construção de imagem positiva do setor, constituindo-se em capital simbólico (Bourdieu, 1989) mobilizado em favor do grupo e em elemento de disputas e de diferenciação interna à classe.

Analisando-se a história inicial da SRB, também chama a atenção o forte apelo no discurso de construção da entidade a relações e referências com as entidades congêneres de outros países. A SRB parece querer afirmar-se como a representante brasileira de um projeto de agricultura e de sociedade construído por estas entidades. Faz uso de um capital de legitimidade acumulado pelas associações de outros países ao longo do tempo. Tal como estas, carrega em sua nomenclatura o epíteto nacional e busca a partir disso e de suas ações e representações gestar um projeto de nação.

O desenvolvimento no Brasil de setores econômicos que formam a base de sustentação da SRB também precisa ser enxergado nesta articulação internacional. Juntamente com os cafeicultores, os pecuaristas eram os principais atores que constituíam a base social da entidade. Como mencionado na própria ata de fundação, um dos papéis da SRB seria o de facilitar a importação de animais reprodutores estrangeiros, buscando melhorar a genética do gado de elite no Brasil. A Inglaterra, citada como referência na passagem acima, foi o país que inventou o mercado de gado de elite a partir do século 18: “através do controle sobre a reprodução dos animais, publicação regular de pedigrees e uso de cercas, fizeram raças bovinas e um mercado pecuário moderno” (Leal, 2016, p. 15). Com suas especificidades, o mercado de gado de elite se consolidou no Brasil a partir do século 20, contando também com a contribuição das ações da SRB.

O papel do Brasil é relevante sobretudo na invenção do mercado de elite do gado zebu, objeto de estudo de Leal (2016). Ela diz que “criadores e bovinos produzem uns aos outros nesse mercado como uma elite. Ambos devem ter ‘algo a mais’”. Nesse sentido, ela enxerga as trajetórias de homens e bois como indissociáveis umas das outras – “um espécime de elite é produtor e produto de seu criador. [...] Mais do que produzir e comercializar vacas e touros com qualidades genealógicas, fenotípicas e estéticas raras, a pecuária de elite realiza reputações” dessas elites agropecuárias. Dessa forma, a autora afirma que “a pecuária zebuína brasileira, desde os seus primeiros tempos, produz enunciados nacionalistas”. Os espécimes de gado de elite são parte de um projeto maior, que no Brasil coincide com a construção de uma indústria e de um comércio de gado, bem como da ocupação de territórios: “falar de raças bovinas é, portanto, falar de um projeto político de Estado-Nação” (Leal, 2016, pp. 200, 218, 281, 288).

Nas páginas que retratam a história da SRB percebe-se também a presença e o destaque a linhagens familiares consideradas de grande prestígio no estado, cujos capitais sociais são renovados, muitas vezes, nesta articulação e organização da representação política da classe. É como se estas famílias emprestassem seu prestígio ao grupo social e, ao mesmo tempo, o renovassem mais facilmente por este meio. Do ponto de vista da entidade, se forja

um compromisso histórico que busca fazer da tradição o combustível que traz força ao movimento político e renova os capitais simbólicos do grupo ao longo do tempo.

O destaque a essas figuras da elite agropecuária paulista e brasileira ocorreu desde a organização inicial da SRB. Dialogando com o que refletiu Leal (2016), percebemos que alguns deles foram agentes ligados à importação de raças bovinas e ao seu melhoramento genético no Brasil. Na ata do primeiro encontro de fundação da entidade é destacado o papel de Carlos Botelho, convidado por Cotching após seu discurso para presidir a reunião de fundação da entidade: “Tomando a palavra, o Dr. Carlos Botelho congratulou-se com os presentes por tão auspicioso acontecimento, pois reconhecia nesta Sociedade uma verdadeira alavanca para a maior riqueza e grandeza do Brazil e [sic] Pecuaria”. Destaca-se a experiência de Botelho ligada a organização de exposições e a “importação de reprodutores estrangeiros”, elementos que seriam os fundamentos de suas ideias e de “onde elle via, com a continuação d’esse mesmo programma, o progresso do nosso Paiz” (A Rural, 1929a, p. 572).

Carlos Botelho foi um médico, político e agricultor paulista, nascido em Piracicaba, em 1855, e falecido em São Carlos, em 1947. Recebeu o grau de doutor em Medicina em Paris, em 1878. Em 1883, se casou com Constança Maria de Brito Filgueiras. Era o filho primogênito de Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, e no mesmo ano de ocorrência desta reunião, em 1919, fora eleito senador por São Paulo, cargo para o qual seria reeleito em 1927. Na sede da Sociedade Rural Brasileira, atualmente há um busto em homenagem ao seu pai, o Conde Pinhal, o que demonstra a importância desta figura e de seu tronco familiar no histórico da entidade.

Figura 1: Busto em homenagem a Antônio Carlos de Arruda Botelho, o Conde de Pinhal, na sede da Sociedade Rural Brasileira. Seu filho, Carlos Botelho, presidiu a reunião de fundação da SRB, em 1919



Foto de Felipe Ferrari da Costa, em 13 de outubro de 2021.

Aqui é possível um paralelo com o que disse Moura (2007), em análise sobre a carreira e a socialização de diplomatas brasileiros no Instituto Rio Branco. Tal como no espaço analisado pela autora, parece haver na SRB a “configuração de um grupo de status, com *ethos* e visão de mundo próprios, que tem se representado através de imagens que remetem a noções de parentesco dinásticas” (Moura, 2007, p. 14). A presença na sede da entidade de busto em homenagem ao pai daquele que presidiu a reunião de fundação da Rural - mesmo tendo o homenageado falecido 18 anos antes de sua fundação e, portanto, não tendo participado diretamente desse processo - atesta a centralidade de sobrenomes que são mobilizados para, de um lado, valorizar a imagem pública da entidade e que, de outro lado, também informam a estruturação de posições internas ao grupo, estabelecendo quem pode ou não presidir uma reunião de fundação, compor uma diretoria ou falar em nome da entidade.

Seja pela presença destacada do filho em reunião de fundação da entidade, seja pelo busto em homenagem ao pai, decorando atualmente a sede da Sociedade Rural Brasileira no centro da cidade de São Paulo, o que se vê aqui é o destaque a uma linhagem considerada de grande prestígio no estado, cujos capitais sociais são renovados, muitas vezes, nesta articulação e organização da representação política da classe. Desta forma, a família pode ser vista aqui como “um princípio de construção da realidade social”, isto é, compreendida não apenas como um dado imediato dessa realidade, mas como “instituições existentes tanto na objetividade do mundo, sob a forma desses corpos sociais elementares que chamamos de famílias, quanto nos espíritos, sob a forma de princípios de classificação” operados pelos agentes sociais em seu cotidiano (Bourdieu, 2011, p. 127).

Na situação analisada se percebe que a reprodução da condição dominante de grupos de elite se efetiva também pelo capital simbólico de sobrenomes transmitidos de geração em geração, o que faz com que a família tenha

Um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, isto é, na reprodução da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é um dos lugares por excelência de acumulação de capital sob seus diferentes tipos e de sua transmissão entre as gerações (BOURDIEU, 2011, p. 131).

Nesse sentido, conforme destaca Aragão (2018, p. 29), a política pode ser vista como tradição, como coisa de família: “falar de *política* é falar de *família*, de *respeito*, de *sangue*, de *intriga* e de *competição*”. Ainda tendo como referência as formulações dessa autora, entendemos que categorias como *terra*, *família*, *sangue* e *sobrenome* são variáveis que se combinam e dão forma às trajetórias individuais aqui analisadas. A família Arruda Botelho, retratada acima, esteve presente nos atos de fundação da Sociedade Rural Brasileira e está representada em bustos e homenagens que eternizam sua memória na sede da entidade. É como se a família emprestasse seu prestígio e poder, adquiridos pela terra e pela guerra, ao grupo social representado pela SRB e, ao mesmo tempo, o renovasse mais facilmente por este meio. Do ponto de vista da entidade, se forja um compromisso histórico que busca fazer da tradição o combustível que traz força ao movimento político e renova os capitais simbólicos do grupo ao longo do tempo.

Fazendo novamente um paralelo com o que disse Moura (2007, p. 104), podemos concluir que estas figuras históricas, com seus bustos de homenagem, funcionam como recurso simbólico que une a entidade patronal à ideia de nação e à identidade que forma o grupo dominante ao longo do tempo. A presença em seu interior de linhagens masculinas formadas por figuras de grande prestígio e importância pública – com políticos, empresários, intelectuais –, reconhecidos como parte da construção histórica de grandes cidades, de estados e, em última instância, do próprio país, constitui mecanismo simbólico de afirmação de uma determinada identidade nacional por estes agentes. Esse é o caso da família Arruda Botelho e de outras linhagens com lugar de destaque internamente à SRB. Sua relação com a entidade a coloca em posição de protagonismo na construção e afirmação de um projeto de nação.

Também é curioso notar como estes agentes, protagonistas na construção e organização inicial da SRB se encontram e reencontram em um conjunto de outras relações e espaços de atuação. Reforçam relações pessoais pela participação em debates públicos sobre o setor, fazem negócios conjuntamente, contratam serviços entre si, em suma, defendem seus interesses em uma articulação que extrapola o espaço formal de sua representação política.

A ata da primeira reunião de fundação da SRB, em 20 de maio de 1919, foi assinada pelas seguintes pessoas: Fernand Ruffier (Secretário); Dr. Carlos Botelho; Conde de Prates; A. Crawford White (Consul de S. M. Britannica); A. S. Midlam (Director da Comp. Frigorifica Armour); Julio Oribe Hofmann; A. Mackenzie (da Comp. Frigorifica Armour); Leopold Plaut (Director da Continental Products Co.); C. B. Thomson (da Comp. Frigorifica Armour); Carlos A. Monteiro de Barros; Eduardo da Fonseca Cotching; F. J. MC. Combie (da Comp. Frigorifica Armour); H. O. Berns'au (Director da Faz. “Anastacio” da Comp. Armour); Maurice Goldstein (de Leon Israel); N. W. Fitzpatrick (de Leon Israel); Marcolino Barreto (Deputado Federal); John F. Roebottom (de Leon Israel); Ben. R. Rand (de Leon Israel); e Julio de Mesquita Filho (jornal O Estado de São Paulo) (A Rural, 1929a, p. 572).

Desde sua criação e nas primeiras décadas de desenvolvimento, a SRB foi composta principalmente por frações dominantes do complexo agroexportador de café, fortemente concentrado em São Paulo, bem como por grandes pecuaristas do estado (sobretudo criadores de gado de corte) e, posteriormente, por agroindustriais vinculados aos mercados externos e fortemente beneficiados pela modernização da agricultura brasileira.

Se o desenvolvimento da agricultura paulista neste contexto inicial do século 20 – seja no complexo cafeeiro ou em outras atividades produtivas da agropecuária – ocorria com um nível considerável de articulação intersetorial entre capitais, que eram deslocados entre fazenda, indústria, bancos e comércio, tendo, muitas vezes, origem internacional, é interessante perceber aqui, agora em mais detalhes, a presença – justamente na entidade que buscava se apresentar como *um farol para o Brasil*, que buscava, como disse Mendonça (2009), afirmar no plano simbólico a nacionalização de seu projeto para a agricultura e para o país – do que parecem ser algumas das forças economicamente mais dinâmicas desta agroindústria, de nomes componentes de linhagens historicamente tradicionais neste estado, de profissionais liberais influentes, de atores muito bem posicionados junto à sociedade política, do que seriam elites dirigentes naquele contexto, porta-vozes corporativos e empresariais de atividades agroindustriais as mais relevantes ali.

No dia 31 de maio de 1919, onze dias depois e em mesmo local, ocorre uma segunda reunião de instalação da Sociedade Rural Brasileira, também encerrada as 9h da noite. Esta reunião havia sido convocada pelo encontro anterior e teria como finalidade possibilitar aos participantes “tomarem conhecimento da organização definitiva da Sociedade Rural Brasileira, aprovação dos Estatutos, eleição da Directoria e mais actos que ultimassem a sua constituição” (A Rural, 1929a, p. 573).

A reunião foi conduzida pelo Conde de Prates, que veio a ser o primeiro presidente da entidade. Este mediou a apresentação da proposta de estatuto da SRB, cuja tarefa havia sido designada na primeira reunião a uma comissão formada por A. S. Midlam, Leopoldo Plaut, H. O. Berns’au e Dr. Carlos A. Monteiro de Barros: “Após haverem procedido a leitura e estudo dos referidos Estatutos, deram parecer que os mesmos deviam ser aprovados como se continha no projecto, visto satisfazerem em absoluto ao objecto e aos fins da associação”, o que foi confirmado pelos presentes em reunião (A Rural, 1929a, p. 573). O segundo tema objeto desta reunião foi a eleição da directoria da SRB:

O Snr. Presidente, depois de longa exposição, citando varios nomes que faziam jús aos cargos da Directoria, pediu aos Srs. presentes que organisassem uma chapa, ou por eleição ou por aclamação, para resolver o assumpto, pois urgia a existência de uma Directoria para dar andamento aos diversos assumptos de interesse social (A RURAL, 1929a, p. 573).

Coube a C. W. Fowler apresentar uma proposta de chapa “que parecia ser a que correspondia perfeitamente aos interesses da Sociedade, por nella se conterem homens de iniciativa e representando importante parcela da nossa vida economica”. A chapa apresentada foi eleita por aclamação (A Rural, 1929a, p. 573).

Além da eleição por aclamação desta directoria, registra-se ali também a proposta do então presidente, Conde de Prates, pela escolha de presidentes honorários da entidade: “Tomando-a [a palavra], o Sr. Conde de Prates propõe para Presidentes Honorarios da Sociedade os Snrs. Conselheiro Antonio da Silva Prado e Dr. J. F. de Assis Brasil. Sendo posta em discussão esta proposta, foi unanimemente aprovada”.

Figura 2: Busto em homenagem ao Conselheiro Antonio da Silva Prado na sede da Sociedade Rural Brasileira



Foto de Felipe Ferrari da Costa, em 13 de outubro de 2021.

Atualmente, na sede da Sociedade Rural Brasileira também há um busto em homenagem ao Conselheiro Antonio da Silva Prado. Eles buscam eternizar estas figuras na representação simbólica da entidade por meio destes objetos físicos que decoram seus corredores. Assim, incorpora-se ao histórico da entidade seu prestígio e distinção, a história representada por tais figuras.

Fazendo um paralelo com o que disse Moura (2007, p. 104), podemos concluir que estas figuras históricas, com seus bustos de homenagem, funcionam como recurso simbólico que une a entidade patronal à ideia de nação e à identidade que forma o grupo dominante ao longo do tempo. A presença em seu interior de linhagens masculinas formadas por figuras de grande prestígio e importância pública – com políticos, empresários, intelectuais -, reconhecidos como parte da construção histórica de grandes cidades, de estados e, em última instância, do próprio país, constitui mecanismo simbólico de afirmação de uma determinada identidade nacional por estes agentes. Coloca a entidade em posição de protagonismo na construção e afirmação de um projeto de nação.

A seguir é apresentada a relação dos presidentes da entidade em seus primeiros 12 anos de funcionamento, totalizando 6 gestões de diretorias:

Tabela 1: Presidentes da SRB em sua primeira década de existência

	1919-1921	1921-1923	1923-1925	1925-1927	1927-1929	1929-1931
Presidente	Eduardo da Silva Prates	Paulo de Moraes Barros	Gabriel Ribeiro dos Santos	Henrique de Souza Queiroz	Luiz Vicente Figueira de Mello	Bento de Abreu Sampaio Vidal

Fonte: elaboração própria.

Nas gestões que marcam os primeiros 12 anos de existência da entidade, percebe-se também a presença de muitos políticos, como deputados, secretários, ministros, figuras relevantes de determinados partidos da época. Em alguns casos, a política aparece como atributo de família, com agentes de diversas gerações ocupando cargos públicos e eletivos, com capitais políticos sendo repassados de pai para filho.

As trajetórias escolares também se destacam, com muitas formações na área do Direito e algumas passagens por escolas de outros países, notadamente da Europa. Muitas vezes, as universidades também serviam como espaço de formação de redes e renovação de capitais de relações sociais que os projetavam a diversos espaços de relevância na sociedade. A formação acadêmica - notadamente na área jurídica - parece informar a possibilidade de distinção, prestígio e poder a estes agentes.

As oportunidades de acesso ao ensino superior devem ser vistas como resultado de seleção direta ou indireta, ocorrida ao longo do processo de socialização, e que repercutem de maneira desigual nos diversos sujeitos sociais em função de seu pertencimento a diferentes classes sociais e às possibilidades de acúmulo de capitais culturais ao longo da vida (Bourdieu, 2007). Ainda que mais dissimulado do que outros mecanismos de legitimação social, há no sistema de ensino um “aspecto arbitrário da delimitação efetiva de seu público”. Dessa forma, “ao converter hierarquias sociais em hierarquias escolares, o sistema escolar cumpre uma função de legitimação cada vez mais necessária à perpetuação da ‘ordem social’” (Bourdieu, 2015, p. 311). A escola tradicional sanciona e até intensifica as desigualdades que marcam o espaço social. Esse processo se estabelece já nas instituições de educação básica e se intensifica nas de ensino superior. Conforme complementa o autor,

A instituição escolar, que em outros tempos acreditamos que poderia introduzir uma forma de meritocracia ao privilegiar aptidões individuais por oposição aos privilégios hereditários, tende a instaurar, através da relação encoberta entre a aptidão escolar e a herança cultural, uma verdadeira *nobreza de Estado*, cuja autoridade e legitimidade são garantidas pelo título escolar. [...] Temos uma *nobreza escolar hereditária* de dirigentes de indústria, de grandes médicos, de altos funcionários e até de dirigentes políticos, e essa nobreza de escola comporta uma parte importante de herdeiros da antiga nobreza de sangue que *reconverteram* seus títulos nobiliárquicos em títulos escolares (BOURDIEU, 2011, p. 39).

Quando visualizamos o perfil dos indivíduos que formam essas frações dominantes analisadas percebemos também a posse por eles de muitos diplomas de Medicina e outras carreiras altamente valorizadas e consideradas como a elite do sistema universitário

brasileiro, como é o caso do Conselheiro Antonio da Silva Prado, que se formou em Direito em uma das escolas jurídicas melhor conceituadas do Brasil, a Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (CMSP, s.d.; Garcia, 2017). Como disse Bourdieu (2015, pp. 307-308), “as classes e frações de classe mais ricas em capital cultural fazem-se cada vez mais presentes quanto mais cresce a raridade e, ao mesmo tempo, o valor escolar e o rendimento social dos títulos escolares”.

Chama atenção também o desenvolvimento de atividades da chamada cultura erudita por eles. As atividades ligadas ao espírito aparecem como uma de suas marcas ao longo do tempo. Eles estão inseridos no campo das artes e da literatura, estudam linguagem, escrevem, compõem vanguardas político-culturais – vide participação no movimento modernista por alguns deles. Em suma, os capitais culturais e escolares são importantes na reprodução social destas elites. Ainda que tenham na terra sua principal fonte de riquezas e de poder, e sua atuação política em associações e nos cargos de Estado possui relação direta com esse setor, sua trajetória de vida está muito longe de se resumir a isso. Trata-se de frações de elite altamente escolarizadas, que frequentam importantes escolas de Medicina e outras áreas, no Brasil e no exterior. Figuras que trabalham com o café, mas também exercem o Direito, geralmente entre família. São agentes que trafegam no ambiente das humanidades e das artes, com bagagens e atributos culturais os mais diversos.

A estrutura de distribuição das classes e frações de classe em relação a parcela reservada aos consumos culturais encontra grau considerável de correspondência com a estrutura de distribuição do capital econômico e do poder. Conforme destacou Bourdieu (2015, p. 297):

A estatística de frequência ao teatro e sobretudo ao museu [...] basta para lembrar que o legado de bens culturais acumulados e transmitidos pelas gerações anteriores, pertence *realmente* (embora seja *formalmente* oferecido a todos) aos que detêm os meios para dele se apropriarem. [...] Os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais [...] por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los. Em outros termos, a apropriação destes bens supõe a posse prévia dos instrumentos de apropriação. Em suma, o livre jogo das leis da transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural e, com isso, encontra-se reproduzida a estrutura de distribuição do capital cultural entre as classes sociais, isto é, a estrutura de distribuição dos instrumentos de apropriação dos bens simbólicos que uma formação social seleciona como dignos de serem desejados e possuídos.

Relacionando esse debate novamente com o sistema escolar, o autor vai além, dizendo que “a ação do sistema escolar somente alcança sua máxima eficácia na medida em que se exerce sobre indivíduos previamente dotados pela educação familiar de uma certa familiaridade com o mundo da arte”. Nesse sentido, considerando que esse acesso primário aos capitais culturais, desenvolvido no âmbito da educação familiar, é desigual entre indivíduos em diferentes posições sociais, a ação escolar tende “a duplicar e a consagrar por meio de suas sanções as desigualdades iniciais” (Bourdieu, 2015, p. 304).

Esse acesso desigual se manifesta sobretudo no âmbito da cultura erudita, capital cuja posse se destaca no caso de Gabriel Ribeiro dos Santos, presidente da SRB em sua terceira gestão (1923-1925). Em 1895, ele concluiu curso de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de São Paulo, realizando, posteriormente, um curso na Universidade de

Sorbonne, em Paris. Neste interim entre a formatura na graduação e o curso na Sorbonne, Ribeiro dos Santos advogou com o pai e com o tio Brasília. Após seu retorno de Paris, além de seguir advogando, tornou-se agricultor no município de Cravinhos/SP, onde foi proprietário de uma grande fazenda de café. Ainda do ponto de vista de suas atividades intelectuais, Ribeiro dos Santos foi considerado um grande estudioso do idioma, tendo escrito trabalhos sobre pseudo-brasileirismos, publicados em revista e livro (Ribeiro, s.d.).

Como disse Bourdieu (2015, p. 304):

Como o rendimento da comunicação pedagógica, responsável pela transmissão do código das obras de cultura erudita, é função da competência cultural que o receptor deve à educação familiar, o êxito da transmissão vai depender do grau de proximidade do código familiar junto à cultura erudita que a escola transmite e dos modelos linguísticos e culturais segundo os quais se efetua tal transmissão.

Se vale aqui o grau de proximidade do código familiar à cultura erudita, cabe mencionar que o avô de Gabriel Ribeiro dos Santos era lente – cargo equivalente a professor catedrático ou titular – da Faculdade de Direito de São Paulo, além de ter participado da Revolução Liberal de 1842 e de ter sido deputado provincial e deputado geral entre os anos de 1845-1848, de 1850-1852 e de 1857-1860. Além disso, um de seus tios, Brasília Rodrigues dos Santos, também foi professor catedrático da Faculdade de Direito de São Paulo, além de deputado federal no período 1892-1893. Já o pai de Gabriel Ribeiro dos Santos foi membro do Partido Libertador, chefiando a sigla no 7º distrito da província de São Paulo (Ribeiro, s.d.).

Não é estranho que alguém dessa linhagem tenha estudado Direito na Sorbonne ou tenha desenvolvido alto grau de erudição em campos das artes, linguagens e humanidades em geral. Os capitais culturais adquiridos desde a socialização familiar primeira conduzem a um tipo de diferenciação que distingue fortemente estes agentes e reforça seus capitais de prestígio e de poder. O valor eminente conferido “a modalidades sutis de relação com a linguagem e com a cultura, como por exemplo, a intimidade, a elegância, o ‘natural’ ou a ‘distinção’” destaca-se

Pelo fato de que pertencem apenas àqueles que adquiriram a cultura, ou ao menos, as disposições necessárias à aquisição da cultura escolar por familiarização, vale dizer, através da aprendizagem imperceptível imposta pela educação familiar como modo de aquisição dos instrumentos de apropriação da cultura dominante cujo monopólio encontra-se em mãos das classes dominantes (BOURDIEU, 2015, p. 308).

Para se compreender as lógicas de reprodução da entidade no contexto em questão, também é importante olharmos para os rituais e símbolos que caracterizavam seu fazer político cotidiano. Pela análise das atas de suas assembleias, percebe-se que nos momentos de consagração dos nomes que ficariam à frente da entidade em cada gestão costumava ocorrer uma espécie de ritual, no qual, quem assumia postos de direção, como forma de apresentar-se no novo cargo, confirmar sua legitimidade ao grupo e valorizar o peso político e simbólico destes momentos, discursava aos pares. Em sua análise sobre a socialização de

novos diplomatas no Instituto Rio Branco, Moura (2007, p. 31) também analisa a cerimônia de formatura do Instituto como um ritual, ali de integração dos neófitos ao corpo diplomático. Para ela, a análise dos rituais de um grupo é uma forma de se acessar, não só a cosmologia de uma coletividade, mas também o próprio *ethos* que caracteriza o grupo em questão, desvendando atitudes emocionais, estilos de vida, concepções estéticas e comportamentos coletivos em geral.

No caso da SRB, a distinção do cargo assumido em geral era bastante ressaltada. Ao mesmo tempo, também se destacava uma noção de responsabilidade, de atores que, chamados ao compromisso da representação pelo grupo, não faltariam aos pares, se doando ao coletivo, contribuindo para o fortalecimento do capital político do grupo. Assim, manifestam também o prazer de assumir o encargo, prometendo dedicação e envolvimento na execução das atividades da entidade, empenhando sua energia em prol do “progresso” e da “ação benéfica” que a Rural ofereceria para a sociedade paulista e brasileira (A Rural, 1921a, p. 379). A contrapartida ou o acolhimento pelo grupo se manifestava por vivas salvas de palmas ao orador, como ato final de uma teatralidade política que formava este ritual e se repetia ao longo do tempo.

De maneira semelhante ao que analisou Moura (2007, p. 34) em relação às cerimônias que compõem o processo de formação de novos diplomatas no Instituto Rio Branco, parece mesmo se tratar aqui de uma “performance no sentido teatral”. Ainda que no caso da SRB, não se trate de ato com um protocolo totalmente formalizado e escrito, também temos aqui uma espécie de espetáculo com um *script*, com o envolvimento de atores determinados e a presença de uma plateia, ainda que diminuta e formada pelos próprios quadros internos, diretamente envolvidos na escolha e transição entre dirigentes. O que mais chama atenção é o papel que os atores envolvidos desempenham, de maneira mais ou menos regular em todos os atos de transição de diretoria. Eles seguem espécie de roteiro não escrito, mas difundido como tradição, e que orienta como cada um deve agir e se portar em momento de singular importância para afirmação de sua legitimidade interna e para a própria reprodução histórica da entidade. Predomina nestes momentos “a forma e o espetáculo coletivo” (Ibid, p. 39).

As homenagens e distinções a determinadas figuras da entidade ou de seu entorno também são típicas da teatralidade política que acontece nestes momentos de assembleias da Sociedade Rural Brasileira. Costuma-se homenagear o presidente que encerra ali seu mandato e também outros dirigentes, considerados importantes na história e na organização da entidade. A forma mais comum é por votos de louvor ao seu trabalho e pela inclusão de seu nome como presidente de honra da entidade. Nos registros das atas das assembleias, essas proposições são sempre aclamadas por unanimidade, com manifestações efusivas da plateia. A trajetória destes agentes na condução da Sociedade Rural é narrada com brilho e distinção. Assim, esses atributos são deslocados para a imagem que se constrói da própria entidade ao longo do tempo. A distinção e o louvor aos agentes de carne e osso que personificam a entidade em seu dia a dia, que fazem sua representação política acontecer, se traduz como afirmação pública do poder simbólico da própria entidade. Distinguir estes dirigentes e seu trabalho na condução da entidade é consagrar a própria história por que atravessou a Rural ao longo do tempo, ressaltando méritos e feitos, narrando uma história de maneira atuante. Este é o esforço retórico que se faz.

Além dos elementos de distinção e prestígio que atribuem a si mesmos e a sua entidade representativa, estas declarações também informam uma identidade fortemente ligada à terra – pela “lavoura” e pela condição de “lavradores” - e, uma vez mais, a identificação regional destas elites dirigentes da entidade com o estado de São Paulo – já que seriam o “escol da lavoura paulista”, garantiriam “o bom nome da lavoura de S. Paulo” (A Rural, 1927a, p. 112).

Esses rituais possuem uma recorrência em diversos momentos de assembleia ao longo dos anos. Em alguns sentidos, eles se repetem no tempo. São ações desencadeadas pelos integrantes do grupo como forma de definir uma estrutura de posições interna e, ao mesmo tempo, renovar capitais políticos e simbólicos dos pares e assim reforçar seu poder enquanto grupo. A assembleia de escolha de uma nova diretoria para a entidade é um momento importante para execução desses códigos. É quando eles se reúnem, prestam contas do que aconteceu, põem em confronto possíveis divergências, apresentam projetos e pensam o futuro de suas ações. Se enxergando a todos em uma mesma assembleia, se constitui cenário propício para a execução de rituais que definem a identidade do grupo ao longo do tempo.

Também ocorre muitas homenagens a agentes externos a entidade. Chama a atenção a importância dos cargos públicos dos homenageados – presidentes da República, diretores de bancos, alto gestores de Estado. Mesmo que se considere a importância que possuía a SRB na sociedade paulista e brasileira naquele momento, parece evidente que tais atos se configuram como distinções mais para quem as dá, do que para quem as recebe. Do ponto de vista dos agraciados, a graça aparece mais como um ritual regulador de um status social e de um poder já consagrado. Seguramente é um ato que se repete em outras entidades deste tipo quase que cotidianamente. Assim, “o ritual não muda o status dos indivíduos [agraciados], mas reafirma o status da casa” que o oferece. A reafirmação da grandeza da casa ocorre pela demonstração “que pessoas ‘de fora’ podem ser classificadas a partir da cosmologia” da instituição (Moura, 2007, pp. 36, 39). Assim, a SRB se distingue pela importância dos convidados que recebe e das pessoas cujas imagens são estampadas em fotografias e bustos que decoram a sede da entidade atualmente.

Figura 3: Sala de entrada na sede atual da Sociedade Rural Brasileira



Foto de Felipe Ferrari da Costa, em 13 de outubro de 2021.

Objetivamente, a força política da entidade no contexto analisado e ao longo de toda sua história também se fez sentir através de indicações de seus dirigentes a importantes cargos na política de estado – como secretários estaduais em São Paulo e ministros da República - “Sete dos seus ex-presidentes e três antigos diretores [da SRB] foram secretários da Agricultura paulista; três ex-presidentes se tornaram ministros da Agricultura; e ainda um ex-diretor ocupou o cargo de ministro da Fazenda” (SRB – História, site institucional).

Os três referidos ministros da Agricultura são: Paulo de Moraes Barros (1930), Renato da Costa Lima (1962-1963) e Roberto Rodrigues (2003-2006); os seus ex-presidentes que foram secretários de Agricultura de São Paulo, atualmente, já são nove: Paulo de Moraes Barros (1915), Gabriel Ribeiro dos Santos (1924-1927), Henrique de Sousa Queiroz (1930), Luiz Pisa Sobrinho (1935-1936), Bento de Abreu Sampaio Vidal (1937-1938), Francisco Malta Cardoso (1946-1947), Renato da Costa Lima (1953-1955), Roberto Rodrigues (1993-1994), João de Almeida Sampaio Filho (2007-2011) e Gustavo Diniz Junqueira, presidente da SRB entre 2014 e 2017 e secretário de Agricultura de São Paulo entre 2019 e 2021.

Diante disso, a construção inicial da SRB é associada por eles à busca pelo *progresso* da sociedade. Associado a um ideal positivista, aparece em seu discurso a busca incessante por engrandecer a lavoura paulista ao longo dos anos. Quer dizer, para eles o *progresso* da sociedade brasileira – palavra estampada em nossa bandeira nacional, junto ao imperativo da ordem – poderia ser alcançado por meio do desenvolvimento da *agricultura nacional*, setor capaz de liderar um projeto de crescimento do país e de avanço da sociedade.

Aqui, a afirmação regional de elites agrárias e agroindustriais paulistas se faz notar novamente. Afinal, a “agricultura nacional”, em sua visão, capaz de promover o “progresso”

da sociedade brasileira, é representada por eles pela “lavoura paulista”, cujo “engrandecimento” serviria “de modelo e orientação ás demais do paiz” (A Rural, 1927a, p. 113). Mesmo que tal categoria não seja utilizada, São Paulo aparece aqui, agora por meio de sua lavoura, como uma *locomotiva* do país. Assim, não fica difícil para estes dirigentes patronais que se reúnem periodicamente na sede da SRB para definir seus rumos, entenderem, da mesma forma, que a entidade se constitua em espécie de *farol* para o Brasil.

Considerações finais

No contexto analisado, a Sociedade Rural Brasileira se configurou como entidade com forte enraizamento estadual em São Paulo e importante poder de influência nesta esfera política. A construção hegemônica das elites agrárias de São Paulo ocorreu ali também pela reprodução de elementos políticos e simbólicos que traduziam determinado *ethos* do grupo, reforçando identidade regional, demonstrando a importância de intervenções objetivas da entidade na política estadual, bem como afirmando subjetivamente sua visão da importância de São Paulo para o Brasil, colocando o estado como lugar por excelência da gestação e execução de um projeto para a agricultura do país.

Trata-se de entidade que afirma, em sua ata de fundação, o desejo de “contribuir para o progresso do Estado de São Paulo e do Brasil”; de entidade que se diz “obra do espírito culto e empreendedor do lavrador paulista”⁸; de entidade que inaugura sede própria no dia do aniversário da cidade de São Paulo, em 1951; de entidade que comemora seu centenário, em 2019, no tradicional Jockey Club da cidade; de entidade que, em diversos momentos, ressalta os méritos de influenciar em indicações e escolhas de nomes para secretarias do Executivo Estadual, bem como na criação de institutos e entidades de Estado voltadas ao desenvolvimento da agricultura paulista; de entidade, em suma, que reivindica estar inserida e fazer parte do desenvolvimento histórico geral deste estado, compondo, especificamente, seus estratos de elite, reivindicando o caráter ilustre e distinto de seu meio.

Neste caso, a elite da classe, então porta-voz da entidade, é apresentada como sendo a “nova *intelligentsia* do agronegócio brasileiro” naquele contexto. Isso ajuda a projetar o grupo paulista ao que poderia ser visto como uma direção intelectual e moral da classe, já que supostamente capaz de pensar com protagonismo o desenvolvimento do setor, guiando seus rumos e ações e sendo, nas palavras deles, “referência nos principais debates ligados ao campo” (SRB – História, site institucional).

A *nova intelligentsia* destas elites, o “celeiro de líderes” da agricultura patronal brasileira, contribuiria, assim, “para a pluralidade de ideias e o desenvolvimento planejado do setor”, tendo capacidade de apontar seus rumos e projetando seus representantes aos postos de poder da sociedade política, notadamente àqueles relacionados à agricultura e agroindústria, seja em São Paulo, seja nacionalmente.

Assim, se estamos pensando o contexto de surgimento da SRB, entendendo este processo como de construção de um aparelho privado de hegemonia de frações dominantes da agricultura e da agroindústria deste estado, pode-se verificar este traço de construção de

⁸ Declaração de Raul da Rocha Medeiros, ao assumir a presidência da SRB em 1947.

imagem, tanto na trajetória da entidade, quanto na de famílias de dirigentes ali consagrados e atuantes. Isso auxiliou na construção política do agronegócio brasileiro, destacando o protagonismo de São Paulo como *celeiro de líderes* deste modelo a nível nacional, como a *intelligentsia* do setor no Brasil.

Referências

- A RURAL. *SRB - Sociedade Rural Brasileira*. São Paulo, jan. 1921a.
- A RURAL. *SRB - Sociedade Rural Brasileira*. São Paulo, abr. 1927a.
- A RURAL. *SRB - Sociedade Rural Brasileira*. São Paulo, dez. 1929a.
- ARAGÃO, Lorena. *O que se dá, o que se herda, o que se gera: família, política e terra entre os habitantes do vilarejo do Venâncio, Barroquinha – Ceará*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Campinas, SP, 2018.
- BOURDIEU, P. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2015.
- _____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil S.A., 1989.
- _____. *Razões Práticas – sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 2011.
- BRUNO, R. A. L. *Um Brasil Ambivalente. Agronegócio, Ruralismo e Relações de Poder*. MAUAD X ed. /Edu-UFRRJ, 2009.
- CENTRO DE MEMÓRIA CMSP. *Conselheiro Antonio da Silva Prado*. São Paulo, s.d. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/memoria/especial/conselho-antonio-da-silva-prado/>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- GARCIA, Rodrigo. São Paulo nos trilhos. *Revista Apartes*, N° 24 – mar-jun 2017. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-antiores/revista-apartes/numero-24-mar-jun2017/no-24-perf-antonio-prado/>. Acesso em: 23 fev. 2023.
- GRUPO PUBLIQUE. *100 anos da Sociedade Rural Brasileira*. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aA25iCSYBDI>. Acesso em: 16 mai. 2024.
- LEAL, N. S. *Nome aos Bois - Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite*. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 2016.
- LOVE, J. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MAGALHÃES, G. W. *Sociedade Rural Brasileira, 90 anos*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado Sociedade Rural Brasileira, 2009.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 9. Ed., 4ª reimpressão. - São Paulo: Contexto, 2020.
- MENDONÇA, S. R. *O Patronato Rural no Brasil Recente (1964-1993)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2009.
- MOURA, C. P. *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira – Um estudo de carreira e socialização*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- PERISSINOTTO, R. M. *Classes dominantes e hegemonia na República Velha*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1994.
- POMPEIA, C. *Formação Política do Agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.
- RODRIGUES, Roberto. *Entrevista ao primeiro autor*. 26 mai. 2020.

- SAMPAIO FILHO, J. A. *João de Almeida Sampaio Filho (depoimento, 2012)*. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2013.
- SCHWARCZ, L. M. Sobre uma Certa Identidade Paulista. In: CAMARGO, A. M. A. *São Paulo – Uma Viagem no Tempo*. São Paulo, CIEE, 2005.
- SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA. *História*. Disponível em: <https://srb.org.br/historia/>. Acesso em: 19 de junho de 2022.
- ZIOLI, M. *Política com Café no Oeste do Estado de São Paulo – Bento de Abreu Sampaio Vidal (1872-1948)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis - Universidade Estadual Paulista, 2006.

Recebido em: 10-04-2024
Modificado em: 15-09-2024
Aceito em: 02-10-2024

Felipe Ferrari da Costa

Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (IFCH / UNICAMP), mestre em Ciências Sociais - Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ. Atualmente é professor de Sociologia do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). E-mail: costa.felipe@ifmt.edu.br

Marilda Aparecida de Menezes

PhD pela University of Manchester (1997), Pós-Doutorado na Yale University (2004-5) e no Depto. de Antropologia da UNICAMP (2011). Professora Colaboradora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais da UFABC e no Doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP. E-mail: menezesmarilda@gmail.com